MINISTÉRIO DA MARINHA

6.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Marinha, por seu despacho de 18 do corrente mês, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, as seguintes transferências de verbas no orçamento vigente deste Ministério:

CAPÍTULO 4.º

Superintendência dos Serviços da Armada

Oficiais da corporação da Armada

Artigo 22.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício»:

Do n.º 1) «Vencimento»:

a) «Pessoal dos quadros e além dos quadros» — 120.000\$00

Para o n.º 2) «Gratificações nos termos do Decreto-Lei n.º 30:249, de 30 de Dezembro de 1939»:

e) «Desempenho de funções especiais (n.º 5.º do artigo 2.º)» 80.000\$00
 Suplemento (50 por cento) 40.000\$00 + 120.000\$00

Corpo de Marinheiros da Armada

Artigo 42.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício»:

Do n.º 1) «Vencimentos»:

a) «Pessoal dos quadros e além dos quadros» — 120.000\$00

Para o n.º 3) «Gratificações nos termos do Decreto-Lei n.º 30:249, de 30 de Dezembro de 1939»:

d) «Nos termos do n.º 4.º e do § 3.º do mesmo artigo»:
 Desempenho de funções especiais . . . 80.000\$00
 Suplemento (50 por cento) 40.000\$00 + 120.000\$00

Conforme o preceituado no artigo 16.º do Decreto n.º 38:586, de 29 de Dezembro do ano findo, estas alterações mereceram, por despacho de 20 de Agosto do actual, a confirmação de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Orçamento.

6.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 23 de Agosto de 1952.—O Chefe da Repartição, *Carlos Romero Ivo de Carvalho*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Decreto n.º 38:877

Considerando que foram adjudicadas à firma Aliança Construtora Algarvia, L.ª — Alca, as obras de defesa da Torre do Bugio;

Considerando que para a execução de tais obras está previsto o prazo de trezentos e sessenta e cinco

dias, que abrange parte do ano económico de 1952 e do de 1953;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 27:563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com a firma Aliança Construtora Algarvia, L.ª — Alca, para a execução das obras de defesa da Torre do Bugio, pela importância de 2:440.000\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despende com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude do contrato, mais de 1:000.000\$ no corrente ano e 1:440.000\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1953, salvo se se verificar a necessidade de efectuar quaisquer outras despesas resultantes do cumprimento das cláusulas contratuais que vierem a ser estabelecidas, caso em que poderá atingir no ano de 1953 a quantia de 1:700.000\$.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Agosto de 1952.—FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Artur Aguedo de Oliveira* — *José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich*.

Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos

Decreto n.º 38:878

Considerando que foi adjudicada ao engenheiro António Torres Baptista a empreitada de execução das superestruturas dos três passadiços do Braço, Miguel e Junceira, sobre o rio Lis, Monte Real;

Considerando que para a conclusão dos trabalhos, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de trezentos dias, a contar da data da comunicação do visto do Tribunal de Contas, o que abrange parte do ano económico de 1952 e do de 1953;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 27:563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos a celebrar contrato com o engenheiro António Torres Baptista para a empreitada de execução das superestruturas dos três passadiços do Braço, Miguel e Junceira, sobre o rio Lis, Monte Real, pela importância de 698.900\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos despende com pagamentos relativos às obras executadas mais de 500.000\$ no corrente ano e 198.900\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1953.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Agosto de 1952.—FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Artur Aguedo de Oliveira* — *José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich*.

Decreto n.º 38:879

Considerando que foi adjudicada a Manuel Lopes da Fonseca a empreitada de construção da estrada de acesso à barragem de Montargil;